



E AGORA SÃO JOSÉ? REFLEXÕES SOBRE O GERENCIAMENTO DO ACERVO TUMULAR NOS CEMITÉRIOS DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ EM PORTO ALEGRE – RS

Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho. UFRGS/UFPeI

RESUMO: O presente artigo analisa a conversão de um cemitério tradicional com túmulos e obras de arte funerária em estacionamento e crematório. Os Cemitérios São José I e II hoje são objeto de inventário por parte do poder público e se discute a possibilidade de tombamento de algumas das unidades tumulares que sobreviveram ao processo de descaracterização. O inventário destas necrópoles foi realizado em dois anos, período no qual foi possível apurar obras relevantes para arte funerária, em especial, colocadas pela Marmoraria Casa Aloys (Porto Alegre, 1884-1961). Procuramos apresentar o problema e pensar em soluções que contribuam com a preservação destes monumentos funerários, hoje impactados pela desertificação de seu entorno.

Palavras-chave: Cemitérios São José. Casa Aloys. Arte Funerária. Crematório Metropolitano.

ABSTRACT: *This paper analyzes the conversion of a traditional cemetery with tombs and funerary artworks in parking and crematorium. The St. Joseph Cemeteries I and II are now inventory object by the public power and discusses the possibility of historic preservation for some of the gravestones that survived the process of adulteration. The inventory of these cemeteries was conducted in two years, during which it was found relevant funeral art works, in particular, placed by marble yard Casa Aloys (Porto Alegre, 1884-1961). We look at presenting the problem and think of solutions that contribute to the preservation of these funerary monuments, today impacted by desertification of its surroundings.*

Key words: *St. Joseph Cemetery. Casa Aloys. Funerary Art. Metropolitan Crematorium.*

Os cemitérios da Comunidade de Alemães Católicos São José representam para Porto Alegre uma oportunidade única para estudar um fenômeno que atualmente vem se popularizando, mas que até 2010 era ainda uma exclusividade em Porto Alegre: a implementação de um crematório dentro de uma necrópole. A questão talvez passasse despercebida, não fosse o fato de que no local que antes ostentava um acervo consistente de arte funerária hoje exista um desértico estacionamento.

O fato ao ser averiguado mostrou-se incomum. Diante de um momento não muito otimista para os cemitérios secularizados ameaçados com o advento da

cremação, o Cemitério São José arranca exclamações admiradas ao ter seu problema apresentado em eventos que contemplam a temática cemiterial. Até onde sabemos este é o único caso de um acervo de arte funerária rubricado por destacadas marmorarias e guardião dos restos mortais de ilustres cidadãos, que foi convertido em um estacionamento.

É comum a ocorrência de que casarões históricos tenham sido completamente demolidos ou tenham conservado apenas a sua fachada, para ceder seu espaço aos carros. Mas aqui o que chama a atenção é o fato de que o local - também de moradia, mas de moradia dos mortos - é um lugar sagrado, de reverência eterna para os falecidos. Os terrenos concessionados para unidades tumulares tiveram seus contratos quitados com as famílias contratantes. Muitos jazigos eram temporários. O contrato de natureza renovável facilitou o processo de se desfazer do túmulo. Mesmo terrenos de unidades perpétuas foram vendidos para administradora.

A anterior preocupação com o eternizar da memória mobilizou familiares, amigos e profissionais a erguerem marcos para identificar a passagem de seus entes queridos. Monumentos tumulares que devem ser entendidos como bens culturais materiais integrados ao espaço (mais que isso: fixados), paradoxalmente foram removidos para abrir um local de circulação. Da sua condição fixa, da sua natureza permanente, foram destituídos para propiciar o tráfego. Onde antes se tinha um ponto de ancoragem, hoje se tem mais uma via aberta ao fluxo.

A referência que o túmulo deveria fazer sobre a passagem do morto, para que os vivos pudessem tomar conhecimento de sua existência, hoje nada mais pode referir. Não há túmulo no lugar desertificado. Há trânsito. Plenamente de acordo com o período vivenciado: completamente multifacetado, pluralista, acelerado, transitório. Um exemplo da pós-modernidade e sua sociedade. Nesse sentido, podemos recordar as palavras do historiador português *Fernando Catroga*:

O investimento historicista e comemorativo constituía uma prática adequada a uma concepção acumulativa, evolutiva e continuísta do tempo e à função normativa e integradora da memória. Presentemente, a situação parece ser outra. As transformações sociais e a contestação do historicismo e seus postulados – perfectibilidade, evolução, progresso, previsibilidade – instalaram um exclusivo sentimento de descontinuidade, pluralidade e não sentido em relação ao tempo psicológico e ao tempo histórico. Isto é, sob o efeito de uma crescente dissolução da vivência do tempo como *presente*

real, tende-se a esquecer que a própria memória é indissociável da ideia de futuro. (2001:32).

Além de apagar um cemitério a administradora tratou de “camuflar” o restante em função de uma nova tipologia funerária. Centenas de unidades tumulares foram retiradas, e outras, que os familiares optaram por manter foram aglomeradas em uma área no fundo do terreno do cemitério São José II. Túmulos que estavam na frente do terreno, em localidade privilegiada foram removidos para o fundo. Dos problemas poderíamos mensurar este deslocamento como um dos menores impactos, diante da retirada indiscriminada de mausoléus valiosos, dos quais hoje restam apenas fragmentos.

Outro fato que devemos mensurar é que estes Cemitérios pertencem á um conjunto de doze necrópoles localizadas na Avenida Oscar Pereira, e que o Município determinou como “Área de Interesse Cultural”. No Arquivo do EPAHC – Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural¹, encontramos as plantas utilizadas na definição destas áreas em relação ao plano diretor. A legenda, definida como “Cemitério São Miguel e Almas”. Na verdade os Cemitérios São José, não são elencados na nomenclatura, porém pela área isolada no gráfico vemos que está contido nessas marcações.



Figura 01: Regime Urbanístico – planta baixa computadorizada que mostra área de interesse cultural. Zona onde estão localizados os cemitérios da Avenida Oscar Pereira. **Fonte:** Arquivo Cemitérios – Equipe Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC - PMPA).

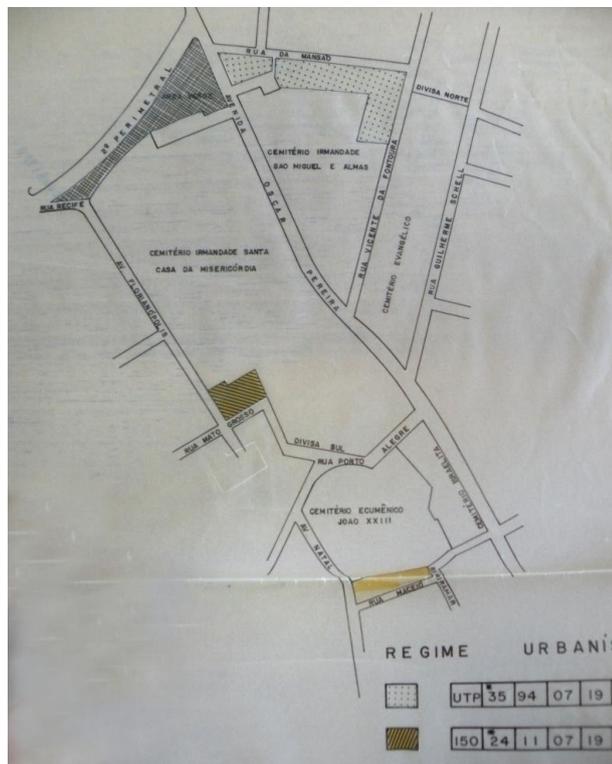


Figura 02: Regime Urbanístico – planta baixa original que mostra área de interesse cultural. Zona onde estão localizados os cemitérios da Avenida Oscar Pereira. **Fonte:** Arquivo Cemitérios – Equipe Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC - PMPA).

A **Zona Cultural 098** (Figuras 01 e 02) é identificada como “Cemitério São Miguel e Almas”, mas suas demarcações são claras e abrangem pelo menos os Cemitérios da Santa Casa de Misericórdia, São Miguel e Almas, São José I e II, Cemitérios Evangélicos I e II, Cemitério Luterano, Cemitério Batista, Cemitério Espanhol, Cemitérios Israelitas e Cemitério João XXIII. Diante dessa definição de *Zona de Interesse Cultural* o problema patrimonial é redimensionado. A perda e sua dívida são ainda maiores. Cada necrópole que compõem esta “Zona Cultural” possui uma relevância específica para a história de Porto Alegre.

Histórico dos Cemitérios da Comunidade de Alemães Católicos São José

Podemos pensar o acervo original dos cemitérios São José como uma continuidade *post-mortem* da Comunidade homônima. Para os visitantes que felizmente passearam pelo sítio antes da descaracterização, possibilitava um ingresso ao conhecimento da história da própria Igreja São José e de seus

membros: o antigo doador do terreno do Cemitério, *Sr. Hugo Metzler*, famílias como *Schramm, Becker, Dreher, Rüdiger*. A própria Comunidade se orgulhava da arte funerária e do espaço outrora tão estimado:

Recomendamos a todos que quiserem conhecer a última morada dos sócios da Comunidade São José a visitarem os bem cuidados cemitérios. Lá vão encontrar as sepulturas de muitas famílias beneméritas da Comunidade. (Os Sinos de São José, número 84. Outubro 1996).

Os cemitérios foram atualizados ao longo dos anos e substituídos por construções mais ao gosto e necessidade dos participantes da associação. Nestes cemitérios se instalou uma parte muito relevante da arte funerária de Porto Alegre. Tanto na ornamentação escultórica das Igrejas São José², como dos seus Cemitérios se destacaram as obras de arte dos próprios membros da Comunidade ou daqueles artistas que trabalhavam para estes, como é o caso de *André Arjonas*, célebre artista da *Casa Aloys*.³

Cemitério São José I (1888)

Para seus falecidos a Comunidade fundou o Cemitério São José I, situado na Avenida Oscar Pereira, número 410. De acordo com as listagens⁴ de jazigos pertencentes aos Cemitérios São José, este cemitério possuía aproximadamente 344 sepulturas – conforme consta na lista de *Contratos Perpétuos Quitados*⁵. Atualmente a listagem indica 227 sepulturas restantes no antigo cemitério. Como *unidades de sepultamentos desocupadas*, são contabilizadas 117 unidades⁶.

As unidades tumulares desocupadas são aquelas cujos restos mortais são cremados ou removidos para um jazigo de parede, ou ainda entregues para o familiar responsável. A unidade tumular é demolida. A família pode ou não levar os adornos funerários. Fica ao seu critério, por exemplo, se vai deixar uma escultura no próprio cemitério, ou doar para Comunidade São José. Encontramos algumas esculturas remanescentes de antigos túmulos em empreendimentos da administradora e na sede da Comunidade.

Podemos inferir que houve uma perda relevante da carga escultórica, não somente pelas lacunas restantes no local, mas também pelo fato da necrópole São José I datar do final do século XIX, o que indica que a maioria dos túmulos deveria ostentar adornos funerários significativos.

No Boletim Informativo “*Os Sinos de São José*” (Outubro 1996, Número 84) encontramos uma das raras referências ao antigo cemitério no artigo “*Nossos Cemitérios*”, que diz: “Em 1888 foi adquirida uma área que foi um elo de união para os sócios, pois sabiam que a partir desta data tinham um local próprio para sepultar os seus falecidos”. Essa declaração indica a relevância do cemitério e seu papel como um agente fortalecedor para a identidade da Comunidade.

Ao desenvolver-se como um centro ativo, onde o idioma e a identidade teuta funcionavam como um verdadeiro conector entre os participantes, a Comunidade entendeu que para “complementação de sua obra” seria necessário um cemitério. Este cemitério se tornou um dos interesses centrais da Comunidade São José, como fator indispensável para sua autonomia e consolidação. A Comunidade Evangélica já possuía um cemitério desde 1852, o que também deve ter incentivado a São José a providenciar o mais breve possível um local para o culto memorial de seus antepassados:

Desde a fundação da Comunidade São José, uma de suas preocupações foi dar um lugar condigno aos seus sócios falecidos, tendo para êste (sic) fim adquirido, na Azenha, um terreno, que logo foi utilizado para cemitério (1971:79).



Figura 03: Cemitério São José I. Fotografia LFNC. Maio de 2007. Vista da Quadra A. Vemos nesta imagem o *Monumento Diehl*, obra de *Jacob Aloys Friederichs*, que não está mais no local.

Cemitério São José II

Após a constituição da **Sociedade Cemitério de São José dos Alemães** (datada de 07 de julho de 1913), o desejo e também a necessidade de continuar a abrigar os restos mortais de seus sócios, logo fez com que nos anos de 1910 fosse ampliada a área do cemitério:

De 1910 a 1919 foi administrador o Sr. Max Metzler em cuja gestão foi adquirida parte da área do Cemitério II, tendo em vista que o antigo já estava quase todo ocupado. Na mesma época foi construída também uma capela mortuária. (Os Sinos de São José, 1996, nº84).

A área para expansão da necrópole também pertencia à Av. Oscar Pereira, hoje sob o número 584. Localizada em frente ao primeiro cemitério, esta necrópole seria designada como “Cemitério Novo”, ou *São José II*. A citação indica também a data de construção da *capela*, balizadora no espaço. Anteriormente “centro” do cemitério, marcava as áreas mais valiosas para ser sepultado. Verificamos que as sepulturas de membros importantes da Comunidade, cujos monumentos funerários eram os mais imponentes ficavam próximos desta capela.

Durante o período de retirada de seus monumentos funerários para construção do estacionamento do Crematório Metropolitano São José, o Cemitério São José II recebeu a visita de um arquiteto do EPAHC/SMC para averiguar a possibilidade de tombamento do seu patrimônio. Diante da avançada descaracterização este pedido foi negado, mas a capela foi destacada no parecer, que indica inclusive a necessidade de sua preservação⁷. Foi inventariada como Bem de Estruturação⁸.

O terreno do cemitério novo continuou sendo expandido entre os anos de 1915 e 1937, quando “foram adquiridas as glebas do Cemitério II”, cujo doador de parte da área foi o *Sr. Hugo Metzler* conforme consta em uma placa de bronze, hoje depositada no Memorial do Cemitério São José. A placa representaria o monumento funerário do sócio, hoje já desocupado e destruído para reconfiguração do cemitério.



Figura 04: Cemitério São José II e sua capela antes do processo de desertificação para implementação de estacionamento. Fotografia: Maria Elizia Borges, 2003

A implementação do Crematório Metropolitano

A transição dos acervos originais dos Cemitérios São José II para Crematório Metropolitano e seu estacionamento, inicia a partir da firmação de um acordo administrativo realizado entre a *Comunidade de Alemães Católicos São José* e a *Construtora Cortel S/A*.

A gerência dos cemitérios iria mantê-los em condições de conservação com seus acervos originais e íntegros até os anos 2000, quando inicia então a paulatina retirada dos monumentos funerários. O processo foi entendido pela Comunidade e pela Administradora como “remodelação” do cemitério em um novo empreendimento – o Crematório Metropolitano. A remodelação na verdade constituiu um verdadeiro apagamento do acervo, e a tentativa de impor jazigos padronizados (como catacumbas de parede e columbários) em um ambiente totalmente personalizado pela história dos falecidos, sem levar em conta seu significado.



Figura 05: Cemitério São José II após virar um estacionamento. A capela ao fundo.
Fotografia: LFNC, 2010.

A problemática enfrentada

Atualmente concluímos a elaboração do ***Inventário dos Cemitérios São José I e II***⁹. O trabalho consistiu em fotografar os túmulos e preencher suas respectivas fichas para realizar um inventário. Foi desenvolvido no período de 01 ano e 10 meses (Março de 2011 a Janeiro de 2013).

O **Inventário** permitiu o conhecimento, mapeamento e agora a divulgação da parte sobrevivente do conjunto tumular. A sua finalidade é contribuir com a decisão de preservação das obras de arte funerária destes cemitérios. No momento existe o pedido de tombamento, feito pela Promotoria do Meio Ambiente (Ministério Público do Rio Grande do Sul) para as unidades tumulares mais relevantes¹⁰.

O ***Inventário dos Cemitérios São José I e II – Porto Alegre –RS*** consta de três volumes impressos acompanhados de três DVDs com fotografias das unidades tumulares. Possui também duas tabelas indicativas dos jazigos mais relevantes e seu “status” de preservação. Conta também com texto de apresentação e instruções de uso.

Conclusão

Diante da possibilidade de preservação das unidades tumulares mais importantes, podemos considerar alguns aspectos, tais como:

- as unidades preservadas permitirão a continuidade do estudo da obra das marmorarias mais atuantes na construção do acervo tumular, em especial a Casa Aloys;

- a conservação dos monumentos funerários deverá ser igualmente relevada, pois muitos deles apresentam estado bastante delicado, ao sofrerem desgaste natural ocasionado pela sua longa duração e exposição à intempérie ao passar dos anos;

- algumas intervenções de restauro e procedimentos de limpeza deverão ser executadas, pois a durabilidade das obras para conhecimento das gerações futuras depende igualmente da garantia de sobrevivência destes bens materiais e seus artefatos;

- o conjunto tumular não se encontra mais completo, por isso o deslocamento ou o traslado de algumas unidades tumulares pode ser considerado, porém unidades que estão localizadas por critério de proximidade (devido ao parentesco das famílias proprietárias, por exemplo) devem ser respeitadas, para não descaracterizar ainda mais o já fragilizado conjunto; Recomendamos que neste caso sejam mantidas em seus locais originais;

- o caso de traslado deve considerar a integridade do monumento e a conservação do mesmo sem comprometer sua condição física;

- no caso da preservação de partes de sepulturas, estas deverão ser previamente analisadas, ao ser determinado o grau de relevância destas partes e a preservação da integridade da informação a ser conservada; Neste caso, a parte preservada deverá estar em local acessível aos visitantes da necrópole;

- se, por necessidade imperiosa for desocupar um jazigo perpétuo, os restos mortais do falecido deverão ser preservados em unidade tumular de parede, no caso dos familiares deste não mais responderem por seu destino;

- a divulgação do acervo contido nos Cemitérios São José deve ser fomentada. A população precisa saber o que está guardado dentro destas necrópoles, tanto no âmbito da arte funerária quanto no de seus ilustres sepultados;

- necessidade de um programa de educação patrimonial, que pense a conscientização da própria administradora e seus funcionários, bem como da Comunidade de Alemães Católicos São José, para que esta preservação seja uma atitude prática e valorativa dos bens;

- inclusão destes cemitérios na rota turística do Município de Porto Alegre, que tem por hábito a realização de visitas guiadas em suas principais necrópoles.

Apesar da desgraça patrimonial sofrida pelos Cemitérios São José, acreditamos que a preservação das suas obras de arte funerária irão propiciar um debate e uma reflexão referente ao problema da modernização de cemitérios. Principalmente no que tange a implementação de crematórios, uma vez que a legislação prevê que estes devam ser construídos em terrenos de cemitérios.

Esta decisão e sua efetiva prática poderão salvaguardar ainda muitos outros acervos, de outros cemitérios, já que o problema atualmente vem sendo sofrido em outras necrópoles e mesmo em outras cidades.

O prejuízo para arte funerária brasileira é incalculável ao pensarmos quantos cemitérios já foram subtraídos de seus monumentos, mas a preocupação com esta questão é urgente. Ainda há tempo para se preservar valiosos sobreviventes, testemunhos em pedra da memória de pessoas e de cidades, de marmorarias e de artistas.

Infelizmente, os túmulos que já sucumbiram não poderão ser reerguidos, mas seu sacrifício deve ser entendido como uma lembrança desta perda irreparável e como um alerta para o apagamento de acervos de arte funerária. As administradoras de cemitérios e crematórios devem estar cientes da possível integração entre os seus modernos columbários, incineradores e os monumentos funerários.

Os administradores que optaram pelo remanejo indevido de obras de arte funerária e pelo apagamento indiscriminado de acervos, devem ser responsabilizados por estas práticas e devem ofertar contrapartidas para

minimizarem os danos ocasionados ao patrimônio artístico-funerário. Estas contrapartidas deverão ser definidas diante de audiências, com representantes do poder público, das administradoras e das áreas da história, arte e patrimônio. Faz-se imediata a aplicação de um programa sistemático de inventário das necrópoles, a fim de impedir novas barbáries no campo da cultura funerária. Este passo deve ser adotado pelas administrações municipais e estaduais.

Se as práticas de destino do corpo podem ser substituídas, os túmulos históricos não podem. Devem é coexistir com as novas opções ofertadas à sociedade. Um em relevância do outro, levando em conta que os antigos jazigos são tesouros que valorizam a própria área administrada nestes empreendimentos. É possível pensar e aplicar um sistema de atualização das demandas relativas aos rituais funerários que permita a conservação do antigo. Um novo modelo, que ao se inserir na cultura da morte acrescente à sua milenar história, no ato salvaguardar a arte funerária, ao invés de solapá-la e descartá-la como infelizmente vimos.

NOTAS

¹ A Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural - EPAHC - foi criada pela Portaria nº 45, de 12 de maio de 1981, com o objetivo de gerir os bens culturais de propriedade do Município. Com o passar dos anos, suas atribuições foram-se ampliando e diversificando. Desde 1985 faz parte da Secretaria Municipal da Cultura, estando vinculada à Coordenação da Memória Cultural. Sua sede localiza-se na avenida Bento Gonçalves nº 1129, bairro Santo Antônio, junto ao Arquivo Histórico. Informação obtida no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=1&p_secao=87 [Acesso em 21 de janeiro de 2013].

² A primeira sede da Igreja São José (1871-1913) foi reformada pelo Mestre João Grünewald (sepultado no Cemitério São José I). A nova sede, localizada na Rua Alberto Bins e inaugurada em 1913, foi projetada por José Lutzemberger e decorada com pinturas murais suas. A porta de entrada da igreja, com o tema dos Quatro Evangelistas foi entalhada por Henrique Rüdiger. Lutzemberger ainda está sepultado no Cemitério São José II, mas Rüdiger foi transferido para o Cemitério São Miguel e Almas para não ter ser túmulo destruído.

³ A Casa Aloys era a marmoraria de Jacob Aloys Friederichs, importante liderança na Comunidade São José. Chegou a ser administrador dos seus cemitérios, o que contribuiu muito com a ornamentação das necrópoles. Sua capela funerária se encontrava no Cemitério São José II. Lastimavelmente foi demolida. André Arjonas foi o escultor mais destacado da Casa Aloys e suas obras são encontradas na Igreja São José, por exemplo, o Cristo que decora o altar.

⁴ Listagens fornecidas pela Cortel. Ministério Público, Inquérito 69/2010.

⁵ Posição em 25/11/2010.

⁶ Posição em 10/12/2010. As unidades desocupadas são aquelas cujos restos mortais são cremados ou removidos para um jazigo de parede, ou ainda entregues para o familiar responsável. A unidade tumular é demolida.

⁷ Parecer emitido em 28 de fevereiro de 2007 ao EPAHC/SMC e ao COMPAHC pelo arquiteto Helton Estivalet Bello (EPAHC/SMC). Documento disponível no EPAHC e no Processo de Tombamento 001.011617.06.3 (AMPA-APERS).

⁸ Tabela de Bens Inventariados pelo Município.

⁹ PROMOTÓRIA E JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE: Apurar deterioração do acervo cultural inserido nos Cemitérios São José I e II. Investigado: Empresa Cortel S/A. Requerente: Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho, em 13/07/2010. Inquérito 69/2010.

¹⁰ Após a entrega do inventário, a proposta feita pelo Ministério Público foi encaminhada para análise da EPACH e COMPACH. Enquanto isso os sítios permanecem bloqueados e seus monumentos funerários estão protegidos de qualquer intervenção ou demolição. (Folha 329 – Inquérito 69/2010).

REFERÊNCIAS

ALVES, José Francisco. **A Escultura pública de Porto Alegre – história, contexto e significado**. Porto Alegre: Artfolio, 2004.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e artefactual (1858-1950)**. Dissertação (Mestrado em Memória e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). **Cemitérios do Rio Grande do sul – Arte, Sociedade, Ideologia**. Porto Alegre: Edipuc RS, 2000.

BORGES, Maria Elizia. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930)**. Ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. **A antiguidade clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Hier Ruth in Gott: Inventário de cemitérios alemães da região da Grande Florianópolis**. Florianópolis: Nova Letra, 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

COMUNIDADE SÃO JOSÉ. **1º Centenário da Comunidade São José**. Porto Alegre-RS 1871-1971.

CORTEL <www.cortel.com.br/w_cortel/>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **Estatuários, catolicismo e gauchismo**. Porto Alegre: Edipuc, 2002.

FRIEDERICHS, Jacob Aloys. **Casa Aloys Ltda. Indústria do mármore, granito e bronze. Casa Aloys: 1884-1949**. Porto Alegre: [s.n.], 1949.

GANS, Martha. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 17ª edição.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos Lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Revista Projeto História. Nº 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUC/SP. Nº 10, dezembro de 1993.

OS SINOS DE SÃO JOSÉ. Boletins da Comunidade de Alemães Católicos São José. Edições de Outubro 1996, Janeiro 1999, Janeiro Fevereiro 2004.

PROMOTORIA E JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE: **Apurar deterioração do acervo cultural inserido nos Cemitérios São José I e II**. Investigado: Empresa Cortel S/A. Requerente: Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho, em 13/07/2010. Inquérito 69/2010.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA CULTURA – EPAHC. **Processo de Tombamento do Cemitério São José II – Pedido de Providência**. Requerente: Marga Therezinha Rüdiger, em 2006. Documento 001.011617.06.3. Arquivo Municipal de Porto Alegre.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SILVEIRA, Gicelda Weber. **Estruturas de luz e sombra: o caso do cemitério São Miguel e Almas Porto Alegre**. 2000. 327 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – Departamento de Imprensa Nacional, 1972. 2v.

Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho

Doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS, em História, Teoria e Crítica de Arte sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Marshall. Professora no Curso de Conservação e Restauro da UFPel. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Marmorabilia – Inventário de Cemitérios no Rio Grande do Sul. Guia de visitas cemiteriais no Programa Viva o Centro a Pé da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Contato: marmorabilia@gmail.com